A emigração do distrito de Bragança para o Brasil e o discurso da imprensa regional (1891-1904)

Maria da Conceição Cordeiro Salgado
CEPESE

(...) o povo tem fome, e é só para fugir a ela que abandona a Pátria, em grupos numerosos e sucessivos para ir finar-se em regiões longínquas e inóspitas, na esperança ilusória de obter uma subsistência que na sua terra natal se lhe não depara.

(Jornal *O Nordeste*, de 13.6.1891)

Introdução

O ARTIGO QUE APRESENTAMOS, intitulado *A emigração do distrito de Bragança para o Brasil e o discurso da imprensa regional (1891-1904),* realiza-se no âmbito da tese de doutoramento da autora, com o tema *A emigração para o Brasil no distrito de Bragança e as relações Portugal-Brasil (1844-1910),* e constitui um contributo para o estudo da emigração do distrito de Bragança para o Brasil, neste período, dando continuidade ao trabalho que vimos desenvolvendo no âmbito do projeto de investigação do CEPESE, subordinado ao tema *A emigração de Portugal para o Brasil. Dinâmicas demográficas e discurso político,*

Partindo dos dados obtidos nos *Livros de Registo de Passaportes* do Governo Civil de Bragança, que integram o acervo do Arquivo Distrital de Bragança, e de notícias da imprensa local sobre esta temática, procurámos, em primeiro lugar, analisar os fluxos migratórios com destino ao Brasil, e em seguida, focar a nossa atenção no discurso proferido pela imprensa regional, nomeadamente nos jornais *O Nordeste* e *Gazeta de Bragança,* uma vez que as levas de emigrantes para o Brasil, à medida que a sua intensidade aumentou, passaram a preocupar a sociedade civil e até a própria Igreja que, em 1889, procurou intervir, desaconselhando os seus fiéis a não emigrar, através da *Exortação Pastoral Relativa à Emigração,* da autoria do bispo de Bragança, D. José Alves de Mariz, documento que vai também ser analisado.

Assim, com este estudo, que resulta do cruzamento de fontes quantitativas – obtidas nos passaportes solicitados – e de fontes qualitativas nos descrevem o enquadramento socioeconómico da região, procurámos refletir sobre a emigração do distrito de Bragança no período referido.

Fugir à fome ou à pobreza, partir em busca de uma vida melhor ou de uma ilusão, sempre levou muita gente a abandonar o local de nascimento ou residência, rumo a outras paragens. No caso português, nenhum outro fenómeno marcou tão profundamente a sociedade portuguesa como o da emigração para o Brasil. Para este destino partiam centenas de milhares de pessoas, provocando, em algumas regiões do país, uma sangria de gente na força da vida, com profundas repercussões na sociedade e economia das mesmas.

No caso do distrito de Bragança, onde vimos incidindo o nosso estudo, os dados dos registos de passaporte obtidos até finais de 1887 mostram uma emigração ainda muito tímida[1]. A saída para outras regiões do país ou para emigrar era condicionada pela interioridade do distrito, que apresentava deficientes vias de comunicação e transporte. As populações, vivendo em regime de autossuficiência, superavam as suas dificuldades através de migrações sazonais, inter-regionais, ou com a vizinha Espanha, sempre que precisavam de trabalho, satisfazendo, desse modo, as suas necessidades básicas.

Verificamos, no entanto, que as saídas do distrito iam crescendo à medida que a via-férrea chegou à região, primeiramente, a Mirandela, em 1887, depois com a abertura da linha do Sabor, em 1901, e, por fim, com a ligação a Bragança, em 1906. E se a este meio de transporte acrescentarmos a enorme oferta de veleiros e barcos a vapor que cruzavam o Atlântico, vemos o quanto seria difícil resistir ao desejo/necessidade de partir. Por isso, em anos de fome e perante a ausência de alternativas, assistimos a uma verdadeira debandada de gente com destino ao Brasil.

É justamente o que se passa, neste período que estudámos, no distrito de Bragança. Vamos, pois, caracterizar, em primeiro lugar, este fenómeno, para de seguida analisarmos o mesmo através da imprensa regional e, finalmente, à luz da pastoral do bispo da diocese de Bragança, cujos limites coincidiam, praticamente, com os do distrito.

A emigração do distrito de Bragança para o Brasil a partir dos registos de passaporte do Governo Civil (1891-1904)

Fonte muito importante para estudos sobre a emigração, os *registos de passaporte* contêm dados sobre os indivíduos que emigram – quem são, qual a sua naturalidade, para onde pretendem emigrar, profissão que declaram, se partem sozinhos ou acompanhados, idade etc. –, e outras informações que nos permitem traçar o seu perfil e analisar contextos familiares, económicos e culturais, ao mesmo tempo que proporcionam um melhor conhecimento do movimento da população.

No Arquivo Distrital de Bragança encontram-se disponibilizados para estudos sobre a emigração, no período compreendido entre 1844-1969, 43 *Livros deRegisto de Passaportes Deferidos*. Para este trabalho selecionámos os anos que vão de 1891 a 1904, por apresentarem registos sistemáticos e contínuos, sem qualquer lacuna.

1 Veja-se o artigo da autora "A emigração do distrito de Bragança para o Brasil, no século XIX (1844-1890)". In: SOUSA, Fernando de *et al*. *Entre mares: o Brasil dos portugueses*. Belém: Paka-Tatu Editora, 2010, p. 130-144.

Do universo dos dados obtidos nesses registos, escolhemos aqueles que estão relacionados apenas com os emigrantes que declararam ter nascido em localidades pertencentes aos concelhos do distrito de Bragança e que pretendiam emigrar para o Brasil. Assim, não integram este trabalho os registos daqueles que emigravam para outros destinos e os casos em que desconhecemos a sua naturalidade, por não serem anotados pelo amanuense.

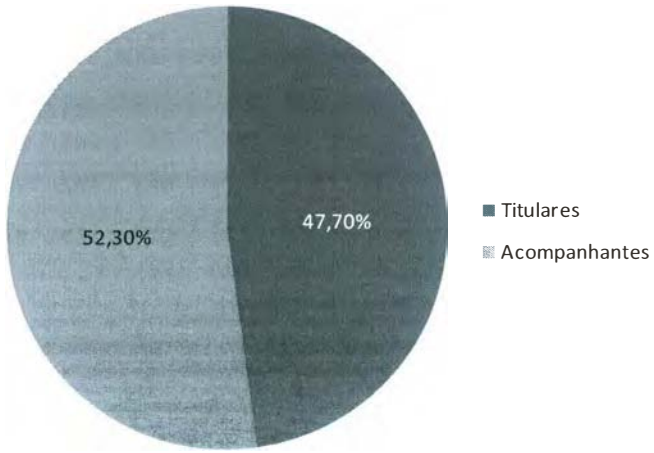
Quem emigra?

Entre 1891 e 1904, emigraram para o Brasil 7 746 indivíduos. Uns, na qualidade de titulares (3 695), outros como seus acompanhantes (4 051). Estes, em número superior, são maioritariamente constituídos por crianças, geralmente filhos do titular, e pela sua mulher. Os outros familiares são em número mais reduzido.

QUADRO 1. Emigrantes do distrito de Bragança com destino ao Brasil (1891-1904)

Emigrantes	Nº Absoluto	%
Titulares	3 695	47,7%
Acompanhantes	4 051	52,3%
Total	7 746	100%

GRÁFICO 1. Emigrantes do distrito de Bragança com destino ao Brasil (1891-1904)

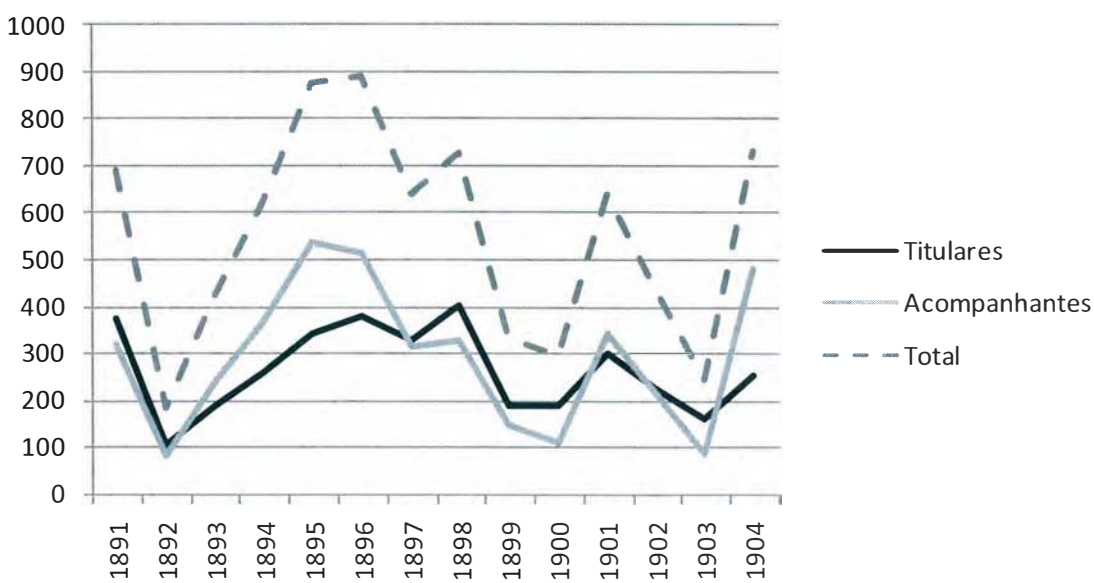


Ao verificarmos os fluxos migratórios, por anos, apercebemo-nos da sua irregularidade (quadro nº 2), quer no caso dos titulares, quer dos acompanhantes, a denunciarem uma forte emigração familiar, sobretudo em alguns períodos. Esta corrente, que tem início em 1891, apresenta picos elevados, em 1895, 1896, 1898 e 1904. O volume de acompanhantes em alguns anos ultrapassa o dos titulares, situação que pensamos ser invulgar no contexto da emigração portuguesa.

QUADRO 2. Registo anual de emigrantes com destino ao Brasil (1891-1904)

ANOS	TITULARES		ACOMPANHANTES		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1891	377	4,9	316	4,1	693	9,0
1892	104	1,3	80	1,0	184	2,3
1893	187	2,4	239	3,1	426	5,5
1894	257	3,3	362	4,7	619	8,0
1895	343	4,4	536	6,9	879	11,3
1896	379	4,9	512	6,6	891	11,5
1897	327	4,2	313	4,1	640	8,3
1898	403	5,2	325	4,2	728	9,4
1899	189	2,4	143	1,8	332	4,2
1900	190	2,5	107	1,4	297	3,9
1901	301	3,9	339	4,4	640	8,3
1902	226	2,9	213	2,7	439	5,6
1903	159	2,1	84	1,1	243	3,2
1904	253	3,3	482	6,2	735	9,5
Total	**3 695**	**47,7**	**4 051**	**52,3**	**7 746**	**100**

GRÁFICO 2. Evolução do registo anual de emigrantes (1891-1904)



A maior parte destes emigrantes era originária dos concelhos de Vinhais (37,4%), Mogadouro (13%), Mirandela (12,1%) e Bragança (11,5 %). Destes concelhos saíram quase dois terços da emigração. Os concelhos fronteiriços com a Espanha, como Vimioso e Miranda do Douro, acusam a saída de poucos efetivos, em virtude, certamente, dos mecanismos de sobrevivência que se estabeleciam nos dois lados da fronteira – migrações periódicas para Espanha e contrabando.

As profissões declaradas mostram-nos uma população ligada, predominantemente, ao sector primário, pois a maior parte indica ser jornaleiro, lavrador ou agricultor (80%). Para além destas, são mencionadas as de caixeiro, negociante, estudante, costureira, criada de servir, carpinteiro, pedreiro e outras mas em número muito reduzido. Os titulares que não indicam qualquer profissão representam 14% do total observado.

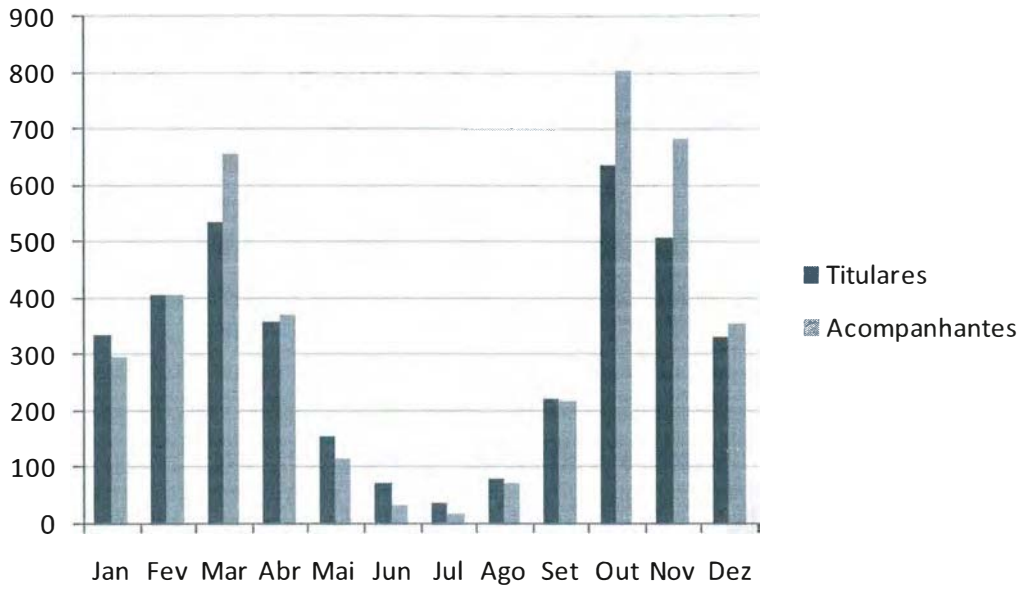
Apesar de não haver registo sistemático sobre a sua capacitação para a leitura e escrita, pudemos verificar que a maioria dos trabalhadores rurais é analfabeta, surgindo menos vezes a expressão " sabem ler e escrever" nos registos de outras profissões.

A decisão de partir estaria, certamente, condicionada por alguns fatores, como o calendário agrícola. O quadro nº 3 e o gráfico nº 3 mostram-nos que, após a época das colheitas, a corrida aos passaportes, nos meses de outubro e novembro, aumenta substancialmente. O titular leva consigo toda a sua família, provavelmente para fugir à fome. O menor número de saídas nos meses de verão estaria relacionada com o árduo trabalho do campo e a apanha dos produtos da terra. Março, no início da primavera, é também um mês, em que, para o período considerado, se requereram muitos passaportes, provavelmente por o tempo já não ser tão rigoroso.

QUADRO 3. Registo mensal dos pedidos de passaporte para emigração (1891-1904)

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Titulares	338	406	538	360	156	73	38	81	224	639	509	333
Acompanhantes	298	408	657	372	119	37	18	76	219	806	683	358
Total	**636**	**814**	**1195**	**732**	**275**	**110**	**56**	**157**	**443**	**1 445**	**1 192**	**691**

GRÁFICO 3. Registo mensal dos pedidos de passaporte para emigração (1891-1904)



Partem emigrantes de todas as idades. No caso dos titulares do género masculino, a maior parte sai com idades compreendidas entre os 21 e os 44 anos; contudo, a faixa etária predominante situa-se entre os 25 e os 29 anos, em ambos os géneros. Mas a grande fatia cabe às crianças, desde bebés de meses a rapazes 14 anos. As crianças dos 0-4 anos correspondem a 25% dos acompanhantes.

Os jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 20 anos, são em número muito reduzido – certamente por estarem obrigados ao pagamento de fiança a prestar no governo civil ou na administração do concelho, devido ao serviço militar a que eram obrigados (decreto de 7 de abril de 1873).

A maior parte dos que emigram declaram como destino o Brasil, sem especificar a cidade ou local para onde se dirigem (quadro nº 4). São Paulo, no caso da indicação da cidade, é o destino mais indicado pelos emigrantes. O Rio de Janeiro aparece em segundo lugar. A emigração familiar dirige-se para Santos e São Paulo. Para além da Baía, referida em alguns registos, os outros destinos são menos procurados.

QUADRO 4. Destino declarado pelos emigrantes (1891-1904)

Destino	Titulares (%)	Acompanhantes (%)
Brasil	50,8	47,7
São Paulo	21,6	34,4
Rio de Janeiro	15,4	4,8
Santos	5,9	9,4
Baía	3,0	2,7
Pará	1,9	0,7
Manaus	0,9	0,1
Pernambuco	0,4	0,1
Minas Gerais	0,1	0,04
Espírito Santo	0,02	-
Maranhão	0,02	-
Total	100	100

O discurso da emigração ma imprensa regional

Para este trabalho, de forma a verificarmos qual a importância que a emigração do distrito de Bragança teve na imprensa regional, foram consultados os jornais *O Nordeste*, órgão semanal do partido progressista do distrito de Bragança, publicado desde 4 de julho de 1888 a 15 de julho de 1910;[2] e a *Gazeta de Bragança,* órgão do partido Regenerador do distrito de Bragança, com o primeiro número saído a 21 de agosto de 1892, e com publicação até 1910.

Nestes jornais, que cobrem o período estudado por nós, procurámos identificar os textos relacionados com a temática da emigração e analisar o seu conteúdo por forma a um melhor conhecimento e compreensão do fenómeno da emigração no distrito de Bragança.

Analisámos ainda a *Exortação Pastoral relativa à Emigração*, da autoria do bispo de Bragança, D. José Alves de Mariz, em 1889, e que nos mostra a preocupação e intervenção da Igreja face a um fenómeno em contínuo crescimento, mas que se revelou ineficaz, como veremos.

A emigração através do jornal O Nordeste

Embora este jornal não publique muitos artigos relacionados com a emigração, a verdade é que o semanário *O Nordeste,* revela o abandono a que está votado o distrito por parte do poder político, encontrando-se isolado, sem meios de comunicação, ausência de alternativas ao trabalho agrícola, êxodo de jovens ao serviço militar, enfim, pobreza e carências de toda a ordem.

Neste jornal, os artigos relacionados com esta temática apresentam os seguintes títulos:

2 Após esta data, este semanário continua a publicar-se sob a epígrafe *Notícias do Nordeste.*

- *O Caminho de Ferro de Bragança* – 13 de junho de 1891
- *A emigração e o serviço militar – Observações curiosas* – 15 de setembro de 1894
- *Miséria* – 18 de outubro de 1894

FIGURA 1. Jornal *O Nordeste* (1891)
Fonte: Biblioteca Municipal do Porto.

O artigo intitulado *O Caminho de Ferro de Bragança* fala do empobrecimento do distrito resultante da perda da sericicultura[3], principal indústria de renome, e da viticultura, e na urgência do prolongamento do caminho-de-ferro de Mirandela até Bragança para desenvolvimento da economia da região, tão esquecida dos poderes políticos, mas tão rica em recursos minerais variados que estão por explorar, nomeadamente os

> jazigos de mármore e de alabastro de Santo Adrião, constituem importantes recursos, mas todas estas fontes de riqueza se esterilizam pela falta de comunicação rápida e barata com os grandes centros de consumo, porque os preços dos transportes nas condições atuais excede, muitas vezes, o valor dos objetos.

Descreve ainda este periódico, o drama das famílias que não têm que comer em resultado dos maus anos agrícolas, e a fome que é sentida em muitos lares: "O povo tem fome, e é só para fugir a ela que abandona a Pátria, em grupos numerosos e sucessivos para ir finar-se em regiões longínquas e inóspitas, na esperança ilusória de obter uma subsistência que na sua terra natal se lhe não depara".

Em 15 de setembro de 1894, deparamos, na primeira página do mesmo jornal, com o artigo *A emigração e o serviço militar – Observações curiosas.*

A notícia surge na sequência da captura de seis indivíduos que se dispunham embarcar para o Brasil, na sua maioria fugidos à vida militar, emigrando com passaportes falsos pagos a "engajadores que possuem montado em várias terras do reino um precioso serviço desta magnífica e rendosa pouca vergonha".

3 Fernando de Sousa, no seu trabalho, *A Indústria das sedas em Trás-os Montes* mostra-nos a importância desta indústria para a economia da região. Esta atividade permitiu, durante mais de um século, a sobrevivência de muitas famílias.

O Nordeste

DECADENCIA

FIGURA 2. Jornal *O Nordeste* (1894)
Fonte: Biblioteca Nacional de Lisboa

O articulista sustenta a necessidade de se negociar com os governos francês, inglês e alemão para se ordenar às companhias de vapores da carreira do Brasil, com escala em Lisboa e Porto, que avisem os comandantes desses vapores para terem um pouco mais de "escrúpulo na admissão a bordo dos navios do seu comando, de mancebos que pela sua aparência bem deixam ver a idade que possuem e pela qual podem ser, como na maioria são, fugitivos do serviço do exército".

Defende ainda uma fiscalização rigorosa para por cobro, por todas as formas possíveis, à emigração clandestina, através de uma forte fiscalização tanto nas fronteiras terrestres como nos portos onde, "não só os paquetes mas também qualquer outro navio fretado pelos engajadores, que têm arte, dinheiro e arrojo, se encarregam de conduzir os rapazes a bordo desses paquetes".

Refere, ironizando, que a "mochila" inspirava ao aldeão terror e antipatia, porque estava acostumado à "vida estupidíssima do campo, cuja monotonia quebra aos domingos pelos bailes em roda e descartes tolos, aos sons gemebundos de uma guitarra desafinada".

O Nordeste

Carta de Lisboa

FIGURA 3. Jornal *O Nordeste* (1894)
Fonte: Biblioteca Nacional de Lisboa

No mês seguinte, na primeira página, o nº 292 de 18 de outubro de 1894 surpreende-nos com o texto intitulado *Miséria*.

Refere este artigo que a escassez das colheitas em todo o distrito, e o elevadíssimo preço dos géneros alimentares, principalmente do pão, base da alimentação das povoações, são as causas determinantes da

> crise de fome que alastra espantosamente pelas povoações rurais e não é somente à porta do jornaleiro, do que tem por sua única fortuna o seu salário: no lar do pequeno lavrador, empobrecido pela usura, pelos pesados impostos e pela penúria das colheitas, também ela sinistramente toma assento.

Estas dificuldades, acrescidas de uma família que tem de sustentar, leva

> o desgraçado do jornaleiro, que se vê rodeado por um enxame de crianças famintas, estendendo as descarnadas mãos implorando alimento que há muito não veem, é forçado a roubar para mitigar a fome aos filhos, ou quebrando violentamente, em um momento de horrível desespero os laços que o prendem à família, ir procurar em país estranho e longínquo, os meios de subsistência ou benefício de se furtar à condenação do quadro pavoroso do negro drama de miséria que se desenrola ante seus olhos.

O remédio para tal situação é procurado fora do país. É partir e é ver "os pobres famintos emigrarem aos bandos, a maior parte clandestinamente pelos portos da Galiza para o Brasil", ou irem para a "Andaluzia, para as províncias do sul da Espanha, ganhar um diminuto jornal que mal chega para a sua própria alimentação".

A abertura dos trabalhos públicos em grande escala, segundo o articulista, seria o remédio pronto e fácil para acudir a tão lamentável desgraça…

A emigração no jornal Gazeta de Bragança

Analisado entre 1900 e 1910, surpreendemo-nos com o facto de os artigos relacionados com a temática da emigração merecerem pouco destaque e serem em número reduzido. Foram publicados anúncios e artigos com os seguintes títulos e datas:

- *Annuncio-Companhias Humburguezas Reunidas* – 16 de novembro de 1902
- *Beneficência -Um hospital distrital* – 3 de maio de 1903
- *Navegação para o Brasil* – 6 de março de 1904
- *A Emigração Portuguesa* – 14 de agosto de 1904

Se por um lado alguns periódicos nacionais revelam preocupação com as saídas de emigrantes, enfatizando-as, por vezes, o jornal semanário *Gazeta de Bragança* órgão do partido regenerador, partido que por mais tempo neste período esteve no Governo, embora aborde a questão da emigração, "esconde" o seu lado mais negro, veiculando outras preocupações. Publicita, inclusivamente, viagens para o Brasil e outros destinos, o que, de certo modo, encoraja os menos ousados.

Em 16 de novembro de 1902 e no ano seguinte, encontramos na Gazeta *de* Bragança, a imagem de um vapor publicitando o serviço das *Companhias Hamburguezas Reunidas.* Anuncia o destino das viagens (Manaus e Pará), sede da agência em Lisboa, nome do agente, preço dos bilhetes para cada um desses destinos, datas e local das saídas, revelador de que a publicidade ligada à emigração chegara já, nos inícios do século XX, ao distrito de Bragança.

ANNUNCIOS

COMPANHIAS HAMBURGUEZAS REUNIDAS

Na Agencia, em Lisboa, vendem-se bilhetes de 3.ª classe para o PARÁ e MANAUS pelos preços seguintes:

PARÁ 30$000 reis.
MANAUS 36$000 reis.

As sahidas de Lisboa têem logar nos dias 9 e 24 de cada mez.

Os agentes em Lisboa Henry Burnay & C.ª Rua da Princeza, 10—1.º

FIGURA 4.
Jornal *Gazeta de Bragança* (1902)
Fonte: Arquivo Municipal de Bragança

No ano seguinte, surge-nos um artigo que nos fala de um emigrante natural do concelho de Bragança que, bafejado pela fortuna conseguida no Brasil, e num assomo de generosidade, se tornou num grande benemérito. O seu gesto benemérito, artigo de primeira página, publicado em 3 de maio de 1903, tem como título *Beneficência – Um hospital distrital.*

O articulista, depois de elogiar a corrente de beneficência que se verifica por todo o país, exalta a necessidade de se criar um Hospital Distrital em Bragança. A iniciativa contaria com proteção da Rainha e o hospital seria construído com donativos, nomeadamente o de um " benemérito conterrâneo que granjeara importante fortuna no Brasil e dera, na sua primeira visita, depois de largos anos de ausência a Bragança, numerosas provas da sua generosidade e espírito caritativo".

Tratava-se de António do Carmo Pires que, declarara estar " na melhor disposição de auxiliar com donativos próprios e com subscrição aberta no Brasil a construção de um hospital nesta cidade", o que veio a cumprir.

Assim, na mesma página e com o título *O hospital distrital*, é referido que Carmo Pires havia já enviado um avultado donativo para a construção de um Hospital, acompanhado de uma carta endereçada ao conselheiro Abílio Beça. Nesta carta, felicita-o por ter sido nomeado governador civil e elogia o seu empenho na criação de um hospital para os tuberculosos. António Carmo Pires regista então:

> remeto para esse fim a quantia de 100 libras (ouro), sobre Londres, e igual quantia também remeto ao Exmo. Reverendíssimo. Sr. D. José, tudo para o mesmo Hospital, em nome de minha falecida esposa, Francisca Leonor Garcia Pires, e continuarei a concorrer para essa obra de caridade conforme as minhas circunstâncias o permitirem.

Sabemos, ao cruzar a informação com *os registos de passaporte,* que Carmo Pires, emigrou para o Brasil em 23.4.1874, com 30 anos de idade. Era natural de Calvelhe, concelho de Bragança. Nesta fonte, aparece como sendo filho de "pais incógnitos".

Depois de 1903, veio a Portugal, regressando ao Brasil em 1906, como se pode observar no registo de passaporte, datado de 8.9.1906. Aqui, continua a não constar o nome dos progenitores. Aparece, agora, identificado como visconde da Senhora da Ribeira.

Em 1904, o artigo *Navegação para o Brazil*, faz notícia. O artigo merece a nossa atenção por nos dar a conhecer o interesse do Governo português em impulsionar o comércio com o Brasil, atividade vantajosa para os dois países.

GAZETA DE BRAGANÇA

Navegação para o Brazil

Noticiario

FIGURA 5. Jornal *Gazeta de Bragança* (1902). Fonte: Arquivo Municipal de Bragança

A criação de uma companhia de navegação portuguesa[4], segundo o autor, é a "aspiração de todos os governos e de corporações ou indivíduos traria vantagens económicas e financeiras". A apresentação e defesa deste projeto, apresentada na Câmara dos Deputado, couberam, explica o periodista, aos "deputados Teixeira de Sousa e Abel de Andrade que defendem um plano de recuperação da economia nacional". Estes deputados argumentam que, "a navegação direta para o Brasil e República Argentina é único meio de podermos conservar o comércio entre Portugal e o Brasil", uma vez que são "poucos os navios portugueses de longo curso que, nos últimos tempos, entraram nos portos do Brasil", e lembram que "desde o desaparecimento da Mala Real, o comércio para o Brasil é feito por navios estrangeiros e seria um crime continuarmos como temos estado".

Decorrido mais de um ano, a 14 de agosto de 1904, o *Gazeta de Bragança* publica na primeira página o artigo, *A emigração portuguesa,* da autoria de Jaime Mendes.

A emigração, em seu entender, é um dos males que afligem o país, provocando grandes perturbações e sendo causadora de ruína. O autor refere que os jornais e as estatísticas dão conta de centenas de passaportes para o estrangeiro, mormente para o Brasil – uma média de 25 000 pessoas – e que, a par desta emigração autorizada, "os que emigram clandestinamente são tantos ou mais que aquela, sendo o seu número impossível de avaliar".

Aponta causas como a " a tendência natural" do homem português, por um lado, de procurar viver com todas as comodidades com pouco trabalho e, por outro, por possuir um espírito aventureiro, o que explica a sua preferência por uma emigração clandestina em detrimento de uma emigração autorizada.

Considera que "a emigração no nosso país leva à diminuição extraordinária da população [...] é grave causa de ruína levando muitos braços da agricultura o que tem como consequência a compra de produtos ao estrangeiro, produtos que poderiam ser colhidos em nossa casa".

Admite que "em alguns dos nossos distritos, ela – a emigração – é um meio de fugir à fome, de pôr um dique à miséria, mas a par desses há outros onde a população é diminuta e para onde podia derivar a nossa emigração".

Aponta o Alentejo, província quase inculta, deserta, fértil e bastante extensa para poder receber e sustentar uma grande parte das famílias, que em outras províncias não encontram meios de subsistência.

Jaime Mendes lembra, ainda, a proposta do falecido estadista Elvino de Brito e apoia a proposta de Mariano de Carvalho, datada de 16 de janeiro de 1888, onde defende " com calor e convicção a colonização do Alentejo". Não apoia a "colonização das nossas colónias" porque, "no dizer de economistas distintíssimos, não convém fazer derivar a nossa emigração para um cemitério, pelas suas difíceis

4 À companhia de navegação portuguesa caberia estabelecer carreiras regulares entre Portugal e o Brasil, serviço de carga e descarga de mercadorias, embarque e desembarque de passageiros pelos portos da Alemanha, França e Inglaterra (*Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 29.3.1904).

condições naturais, mas ainda porque essa emigração importa fortes encargos e grandes despesas para o Estado".

Por fim, conclui que cabe ao Governo, enquanto representante dos interesses da Nação, pugnar pelos mesmos, e procurar um meio de resolver este problema.

XIV ANNO Domingo, 14 de Agosto de 1904 N.º 639

GAZETA DE BRAGANÇA

FOLHA REGENERADORA

A EMIGRAÇÃO PORTUGUEZA

Presidente do Conselho

FIGURA 6. Jornal *Gazeta de Bragança* (1902) Fonte: Arquivo Municipal de Bragança

Depois desta data, em 1907 e até 1910, apenas encontramos anúncios à *Mala Real Ingleza*, publicitando viagens para o Brasil, e um *anúncio – éditos dos 60 dias,* datado de 1907, relacionado com uma dívida contraída por um indivíduo que emigrara para o Brasil, que nunca mais dera notícias, e a quem seriam penhorados os bens[5].

A intervenção da Igreja

Os dados obtidos nos registos de passaporte permitem-nos concluir que a emigração no distrito de Bragança, em finais do século XIX, dava sinais de se tornar um problema sério a que os poderes, público e religioso, não podiam ficar indiferentes. Nesse sentido, o Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, a pedido do rei, solicitou ao bispo de Bragança, D. José de Mariz, em 1889, a sua intervenção.

5 Trata-se de João Sabino Affonso. Este emigrante, de acordo com o registo de passaporte nº 154, saiu para os "Estados Unidos do Brazil" em 14 de outubro de 1903. Declarou ser viúvo, jornaleiro, filho de pai incógnito e de Ana Pires Lenção. Tinha 47 anos quando emigrou. Partiu sozinho, embarcou no Porto de Leixões e ter-se-á dirigido para Santos; era natural de Calvelhe, Bragança.

EXHORTAÇÃO PASTORAL

RELATIVA Á EMIGRAÇÃO

FIGURA 7. Exortação Pastoral Relativa à Emigração
Fonte: Arquivo da Diocese de Bragança-Miranda

Documento elaborado por esta autoridade religiosa, a *Exortação Pastoral relativa à Emigração* foi enviada aos párocos das freguesias para ser lida nas cerimónias religiosas, sobretudo na missa dominical. O discurso utilizado vai no sentido de procurar persuadir os seus fiéis a não deixarem a sua terra, os seus bens e a sua família, a não partirem para terras desconhecidas, onde ficam sujeitos a privações de vária ordem, ao mesmo tempo que procura esclarecê-los e acautelá-los sobre os males e perigos que advêm da emigração:

> muitos compatriotas nossos têm abandonado a casa dos seus antepassados, e os bens que lhes legaram em património, e a esposa e os filhos que precisam da sua proteção pessoal, para se transportarem a países remotos, onde, de ordinário, vão encontrar, em vez de fortunas e de riquezas, as desgraças e a morte, uma vez que em várias regiões do Brasil "grassam as epidemias, ceifando um número extraordinário de vidas em curto espaço"[6].

Os emigrantes, continua a *Exortação*,

> passam então os tristes dias de uma vida atribulada e horrorosa. Longe da pátria, fora do lar doméstico, sem a proteção e os desvelos que na sua terra lhes poderiam dispensar as suas famílias, ali se arrastam na miséria sem saúde e sem pão, até que uma enfermidade provocada por este estado torna a comete-los, e sucumbem.

6 Refere certas doenças, como a febre-amarela, que "ataca principalmente as pessoas que sofrem privações e que têm trabalho superior às suas forças" as febres palustres e as endémicas do país.

Não esquece este documento, as dificuldades e contrariedades de toda a ordem que aí vão encontrar:

> mudança rápida do clima, alteração profunda de hábitos e de costumes, na carestia dos viveres e dos objetos de primeira necessidade, nos prejuízos resultantes da aglomeração de indivíduos, na falta absoluta de comodidades, na débil organização física de alguns que muitas vezes precisarão de especial tratamento que ali não têm, na inaptidão ou carência de habilitações e de forças para trabalhos dificultosos ou rudes, e noutras muitas contrariedades, que inevitavelmente sofrem quase todos os emigrantes.

E vaticina que a "sonhada ventura, e os cálculos projetados da grande maioria dos que vão para o Brasil, e outros países da América, convertem-se na cruel realidade da soma de milhares de vítimas que enchem assombrosamente os cemitérios".

Conclusão

Os dados analisados nos *registos de passaporte* relativos aos emigrantes do distrito de Bragança com destino ao Brasil, entre 1891-1904, permitem-nos obter algumas respostas às questões de partida: quantos partiram, donde eram, que faziam, com quem iam, quando partiam, para onde se dirigiam.

Constatamos, no período analisado, um fluxo emigratório contínuo, com picos elevados nos anos de 1895, 1896, 1898 e 1904, por oposição a outros anos em que as saídas foram em menor número.

Essa emigração tem cariz acentuadamente familiar, composta, sobretudo, pela mulher e filhos do titular, mais visível em alguns concelhos que em outros, e maioritariamente constituída por trabalhadores rurais, grande parte analfabeta, dispostos a vender a força do seu trabalho.

Os efetivos migratórios variam de concelho para concelho, atingindo menos os que confrontam com a vizinha Espanha.

A saída para o Brasil tem a sua época própria. O maior volume de registos de passaporte aponta para os meses de março, outubro e novembro, e o menor para os meses de verão.

E por fim – salvo os casos em que não é registado o local de destino no Brasil – assistimos a uma mudança, a partir de 1891, da tendência da corrente emigratória que, durante muitos anos, escolhendo como destino o Rio de Janeiro, agora dirigia-se para São Paulo.

Os artigos publicados nos jornais, *O Nordeste* e *Gazeta de Bragança,* escassos mas ricos e determinantes para a compreensão deste fenómeno no distrito de Bragança, mostram que, segundo os articulistas, as causas determinantes desta emigração assentam sobretudo na "fome" e na "miséria", resultantes dos maus anos agrícolas, e na ausência de alternativas a esta atividade. Outras razões apontadas são a fuga ao serviço militar, e o aliciamento, sem escrúpulos, à emigração clandestina, por parte dos engajadores e perpetrado em todo o distrito. Referem ainda a " tendência natural" do

homem português para emigrar, e que o "sonho de enriquecimento fácil" pesam na decisão de partir para o Brasil.

Por fim, a publicidade feita pelas grandes companhias de navegação, constitui, sem dúvida um forte incentivo à partida.

As consequências nefastas desta emigração no distrito traduzem-se na perda de mão de obra, despovoamento do distrito – "saem em bandos" – e endividamento de alguns. O abandono da família e a perda dos laços que ligam os emigrantes à terra, são as razões invocadas pela Igreja, por lesarem a sociedade e moral.

Reprimir a emigração clandestina e os engajadores, procurar desenvolver a atividade mineira, proceder ao alargamento do caminho-de-ferro até Bragança, e colonizar o Alentejo com facilidades a conceder aos colonos, são medidas sugeridas pelos articulistas que poderiam obstar/diminuir a emigração.

Verificamos, finalmente, que este fenómeno é encarado de modo diferente pelos dois jornais. Enquanto o jornal *O Nordeste*, alinhando com a posição da Igreja, critica a emigração, as incertezas do futuro dos que escolhem o "matadouro" do Brasil, o jornal *Gazeta de Bragança* considera que "em alguns dos nossos distritos, ela – a emigração – é um meio de fugir à fome, de pôr um dique à miséria".

Fontes

Manuscritas

Arquivo Distrital de Bragança (ADB), *Livros de Registo de Passaportes* (1844-1900).

Impressas

Gazeta de Bragança, 1900-1910. Jornal Semanário.

O Nordeste, 1891-1900. Jornal Semanário.

MARIZ, D. José Alves de. *Exortação Pastoral Relativa à Emigração*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1889.

Bibliografia

MARTINS, Maria da Graça Lopes Fernandes. *A emigração do Distrito de Bragança 1901-1920: uma análise regional*. 2 vols. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1997.

PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa da emigração (1850-1930)*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1981.

SALGADO, Conceição. "A emigração do distrito de Bragança para o Brasil (1844-1890)". In: SOUSA, Fernando de *et al* (orgs.). *Entre mares: o Brasil dos Portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010.

_____. "O Inquérito Parlamentar de 1885 e o discurso sobre a emigração". In: SOUSA, Fernando de *et al* (coord.). *Um passaporte para a Terra Prometida*. Porto: CEPESE/Fronteira do Caos, 2011.

SERRÃO, Joel. *Demografia Portuguesa*. Lisboa: Colecção Horizonte, 1973.

SOUSA, Fernando de. *História da indústria das sedas em Trás-os-Montes*. 2 vols. Porto: CEPESE/ Afrontamento, 2006.

_____. *A emigração portuguesa para o Brasil e as origens da Agência Abreu (1840)*. Porto: Fronteira do Caos, 2009.

SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia (coord.). *A emigração portuguesa para o Brasil*. Porto: Afrontamento, 2007.

_____ (orgs.). *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*. Rio de Janeiro: Muiraquitã, 2006.

SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (coord.). *Nas duas margens: os portugueses no Brasil*. Porto: Afrontamento, 2009.

SOUSA, Fernando de; MATOS, Maria Izilda; HECKER, Alexandre (orgs.). *Deslocamentos & histórias: os portugueses*. Bauru: Edusc, 2008.

SOUSA, Fernando de *et al* (coord.). *Um passaporte para a Terra Prometida*. Porto: CEPESE/Fronteira do Caos, 2011.

SOUSA, Fernando de *et al* (orgs.). *Entre mares: o Brasil dos portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010.